

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Edeilson Vicente Ferreira¹
Izaias Barbosa da Silva²

RESUMO

O presente artigo discute as perspectivas da educação indígena no contexto das políticas de ações afirmativas e da legislação brasileira recente que trata da educação indígena. Tendo como objetivo principal realizar um estudo bibliográfico das diversas formas de educação indígena existentes no contexto da docência, extensão e investigação do Brasil. As mudanças ocorridas nos últimos anos nas políticas de educação reconhecem formalmente a diversidade e a pluralidade étnico-cultural da sociedade brasileira. Em relação aos indígenas, a Constituição de 1988 e a LDB de 1996 dão passos importantes na formulação de princípios gerais visando a uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural. É possível pensar uma educação intercultural sem um diálogo com diferentes grupos socioculturais e também com o conhecimento produzido? Pretende-se aprofundar essas questões tendo como apoio básico a legislação produzida nos últimos anos em relação à educação indígena.

Palavras Chave: Indígena, Educação Especial e Docentes.

ABSTRACT

This article discusses the prospects of indigenous education in the context of affirmative action policies and the Brazilian legislation that indigenous education ta tra. Having as main objective a bibliographical study of the various forms of existing indigenous education in the context of teaching, research and extension of Brazil. The changes that have taken place in recent years in po ra education formally recognize lytic diversity and ethnic and cultural plurality of the Brazilian society. In relation to indigenous peoples, the Cons ra tution of 1988 and the LDB of 1996 give important steps in formulating general principles to a differentiated, bilingual education and in tercultural ra. You can think of an intercultural education without a dialogue with different social and cultural groups and also with the knowledge pro ra reduction? It is intended to deepen these issues with basic support the legislation produced in recent years with regard to indigenous education.

Keywords: Special Education and indigenous Teachers.

1 graduação em Enfermagem pela Fundação de Ensino Superior de Olinda - FUNESO e graduação em Bacharelado em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO; Pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal e Pós Graduado em Direito Civil e Processual Civil e Direito do Consumidor. Atualmente é Enfermeiro Gerente do Serviço de Endoscopia do HC/UFPE, Preceptor da Residência de Enfermagem, Vice Presidente da Comissão de Ética de Enfermagem do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco - HC/UFPE. Mestrando e Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad San Carlos em Paraguay - Assunção e Mestrando pela Sociedade Brasileira de Terapia Intensiva - SOBRATI.2 Bacharel em teologia, licenciado em formação pedagógica, licenciado em filosofia, pós-graduado em docência do ensino superior, professor da rede estadual em Roraima.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de pesquisa estudos sobre a cultura indígena. Os povos indígenas, ao longo da história, foram submetidos a diferentes políticas do Estado brasileiro e a maioria não contemplava ações que garantissem o futuro desses povos enquanto possuidores de cultura diferenciada (SANTOS,2009). O Brasil é um país com grande diversidade étnica, social e cultural. Essa pluralidade, no entanto, nem sempre foi reconhecida social e legalmente e, muito menos, problematizada do ponto de vista educacional. As políticas educacionais dominantes até a década de 1980, conceberam os indígenas como incapacitados (tutelados ao Estado) ou como objeto de catequese e de instrução. Esse quadro mudou substancialmente desde a década de 1980, quando inúmeros movimentos e organizações sociais ganham visibilidade, denunciando relações de dominação, formulando propostas alternativas e assumindo identidades que foram negadas historicamente. É nesse contexto que as políticas de ações afirmativas ganham formulações mais objetivas, com destaque especial para as proposições relativas aos negros e indígenas. Esta pesquisa traz reflexões sobre as práticas pedagógicas dessa escola e a importância do professor indígena ser conhecedor dos estudos teóricos relativos às questões que envolvem as diferentes culturas, pois “cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo” (SILVA,2009p.41).

Objetivos

Geral

Realizar um estudo bibliográfico das diversas formas de educação indígena existentes no contexto da docência, extensão e investigação do Brasil.

Específicos

- 1) Realizar uma retrospectiva histórica da educação indígena brasileira;
- 2) Comentar sobre as políticas educacionais voltadas para a docência do ensino da educação indígena brasileira;

- 3) Descrever sobre os diversos programas de extensão em educação indígena no Brasil;
- 4) Propor mudanças de melhoria para o processo de ensino aprendizagem da educação indígena no Brasil.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Histórico da educação indígena no Brasil

A educação brasileira passou por uma profunda transformação entre 2002 e 2010. A universalização dos primeiros anos do ensino fundamental foi consolidada. Criou-se a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ofertando ensino médio para milhares de jovens. O governo federal apresentou a firme disposição de expandir as redes municipais de educação infantil. O atendimento especial e a educação de jovens e adultos foram impulsionados por ações concretas em particular de apoio do governo federal. A educação indígena, de quilombolas e de populações ribeirinhas foi reconhecida com identidades específicas e também focos de atenção especial. Esta nova situação foi possível por que o governo federal, na gestão Lula, decidiu investir efetivamente na educação básica e chamou para si a corresponsabilidade com estados e municípios. Para isto, instituiu o Fundeb, ampliou e qualificou o Saeb e criou o Ideb, além de diversas ações setoriais e específicas. Os professores, força motriz de todo o processo educacional, foram contemplados com o Piso Salarial Profissional Nacional, infelizmente, contestado judicialmente por alguns governadores. A educação superior viveu uma verdadeira revolução, com a expansão do setor público (com a ampliação das vagas em universidades federais e a criação dos Institutos Federais) e no setor privado (com a oferta de vagas pelo Prouni). Os novos *campi* das universidades e institutos federais permitiram a expansão da ciência e tecnologia para diversas regiões desatendidas. Agora, a educação brasileira entra em um novo momento. O Plano Nacional de Educação é expressão desta proposição. Construído a partir da I Conferência Nacional de Educação – Conae – apresenta proposições concretas para a efetiva universalização de toda a educação básica, com atendimento em crescente da Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020) jornada escolar; a

grande ampliação da educação superior possibilitando o acesso ao conhecimento, a ciência e a arte por todas as nossas crianças, adolescentes e jovens. Estamos construindo um novo país, com distribuição de renda, democratização, fortalecimento de nossa identidade nacional e o reconhecimento de nossa rica e profunda diversidade cultural Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020). O estudo da história e da cultura indígena na escola está regulamentado por uma lei federal. Trata-se da Lei nº 11.645/2008 que cria a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do país (BERGAMASCHI e GOMES, 2009).

A proposta indigenista da FUNAI para a educação indígena inclui o ensino bilíngue, em consonância com o Estatuto do Índio - Lei 6001/73 – que preconiza, em seu artigo 47, o respeito ao “patrimônio cultural das comunidades indígenas”. Contudo, o modelo para as escolas indígenas era o mesmo das escolas rurais, não havendo aproximação entre o ensino e a realidade das comunidades. No início dos anos de 1970, a Igreja Católica assume uma nova postura frente as injustiças sociais (SANTOS,2009).

A formação do docente na educação indígena

Este artigo surgiu da necessidade de uma formação de professores para as necessidades das políticas educacionais voltadas para a educação indígena têm sua expressão na Constituição Federativa do Brasil de 1988, especificamente, no Capítulo III, Artigo 210 que assegura aos índios a formação básica comum e o respeito aos seus valores culturais e artísticos. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, fica assegurado, às comunidades indígenas, o direito à educação escolar, cujo objetivo é fortalecer as práticas culturais e a língua materna. A base desse novo olhar para a causa indígena tem fundamento nos movimentos não-governamentais que surgiram nos anos de 1980 e 1990 e que trouxeram à cena nacional os debates sobre a educação, a questão cultural e a autonomia dos povos indígenas. Um dos aspectos discutidos diz respeito à formação de professores indígenas, considerando que essa formação é fundamental para a preservação dos repertórios culturais das comunidades indígenas.

A escola foi o principal instrumento de destruição cultural dos povos, mas também pode ser o principal instrumento de reconstrução e afirmação de uma nova

era.[...] O caminho da educação escolar indígena é a nossa grande esperança de conquista definitiva dos nossos direitos e da nossa terra (LUCIANO,1996).

O depoimento acima expressa a necessidade da valorização de professores indígenas, desde que se realizem de acordo com a ótica, os interesses e as necessidades do próprio movimento indígena, tendo como referencial a autonomia indígena, no marco das discussões realizadas pelo Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia e seus esforços de construir uma política indígena para a educação escolar.

As iniciativas no sentido de consolidar propostas de educação escolar entre os povos indígenas também são recentes e colocam-se como parte de seus projetos para o futuro. Como se sabe historicamente os programas de escolarização nas áreas indígenas foram fundados segundo a ideia de que é necessário “fazer a educação do índio”. Hoje, a escola entra em cena como uma necessidade pós-contato, assumida pelos índios, mesmo com todos os riscos, incertezas, dificuldades e resultados contraditórios ocorridos ao longo da história, indígenas, uma vez que o número de alunos índios matriculados nunca foi tão alto⁴. Por outro lado os elevados índices de repetência e evasão preocupam as comunidades indígenas. Outros fatores como as constantes omissões e descaso com educação indígena por parte de políticas públicas e o pouco empenho dos órgãos competentes em proporcionar uma educação diferenciada e bilíngüe, torna cada vez mais difícil uma prática docente que minimamente responda às necessidades de seus povos. Deste modo, evidencia-se cada vez mais a importância de formar professores índios para atuarem na educação indígena, sendo eles os principais sujeitos-autores de uma educação indígena, formulada, pensada e refletida pelos próprios professores índios. As escolas indígenas foram criadas como um espaço para a formação escolar indígena, com objetivo de preparar o índio para um convívio sócio-cultural e integrá-lo à sociedade brasileira, firmando também o seu espaço de formação cultural. De acordo com Cavalcanti (2003, p. 22), “concebe-se a escola não como lugar único de aprendizado, mas como um novo espaço e tempo educativo que deve integrar-se ao sistema mais amplo de educação de cada povo”. No caso da escola indígena, o sistema escolar indígena segue os mesmos padrões da sociedade brasileira, sendo as escolas legalizadas nas aldeias, os professores contratados para ministrar as aulas, os critérios de aprovação estabelecidos pelas secretarias de educação.

A implantação de projetos de extensão voltados para a educação indígena brasileira

Registra-se no Brasil a existência de mais de 250 povos indígenas, alguns em completo distanciamento da sociedade hegemônica. No entanto, a maioria possui um contato avançado com esta sociedade, a exemplo dos povos indígenas do nordeste, que apesar de em grande parte desconhecerem a língua materna, e só falarem o português, O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNE/Indígena (Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 1998) denuncia que o cotidiano da maior parte dos povos indígenas no Brasil desenrola-se num contexto de tensão entre conhecimentos indígenas e não-indígenas, sendo que estas tensões passam pela escola indígena, fazendo-a palco para diálogo ou conflito entre essas forças em interação.

A escola é o espaço de reafirmação das identidades e da construção permanente de autonomia e alteridades. O desafio é a concretização de uma educação escolar que permita ao indígena de hoje se orgulhar de ser nativo e lutar para reconstruir o projeto sociocultural de seu povo, onde possa se reconhecer como indígena, fortalecer o sentimento de ser indígena, de sentir-se indígena (Bernardi e Caldeira, 2011).

A história das lutas dos povos indígenas pelo desenvolvimento de suas culturas, pelo espaço e possibilidades de continuidade de suas expressões, através da reiteração de seus rituais, da transmissão – por meios diversos – de valores e costumes para as novas gerações, por garantir o espaço-tempo para suas manifestações culturais que se vinculam aos ciclos da natureza e aos momentos singulares da vida humana, sem dúvida, se configura desde os primeiros contatos com os europeus, há cerca de cinco séculos. Nas condições coletivas de vida dos grupos indígenas entre nós, percebe-se que as dificuldades para a manutenção/fortalecimento de suas culturas, interligam problemas materiais de sobrevivência, conflitos envolvendo questões de natureza econômica (entre os quais se destaca o problema da invasão dos territórios indígenas) e questões de natureza cultural, desde a discriminação e preconceito com que são vistos pela sociedade envolvente, até formas mais extremas como o epistemicídio que fez desaparecer parte do conhecimento acumulado pelos povos indígenas, assim como determinadas maneiras de conhecer o mundo.

Contudo, nos últimos anos, os povos indígenas, primeiros habitantes do território brasileiro, vem conseguindo através de suas lutas, resgatar parte de seu patrimônio cultural, ter reconhecido parte dos direitos em relação às suas terras, reconstruir suas identidades. Desse modo, experimentam um interessante processo de reelaboração de suas identidades étnicas. No Brasil, a segunda metade da década de 1970 foi particularmente favorável à conquistas de direitos, depois de muitos anos de imobilismo social forçado pelos controles políticos próprios do caráter dos governos militares que se instalaram no país desde 1964. Não obstante, a situação política experimentou importantes mudanças cerca de quinze anos depois. O Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara se propõe a desenvolver ações integradas de inserção social nas áreas de educação, cultura e promoção social com a população indígena, com o apoio do Ministério da Educação, através do Programa Nacional de Extensão – PROEXT 2003. O desenvolvimento deste Programa além de contribuir para reforçar a missão e o compromisso social da universidade para com a sua região proporcionará aos alunos de graduação envolvidos, a oportunidade de aprofundar e ampliar a sua formação profissional, a partir das atividades de pesquisa e extensão aliadas ao princípio da interdisciplinaridade que O Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara vem, portanto, atender uma comunidade em situação de vulnerabilidade social e de difícil acesso às políticas públicas, dentro do que prioriza o atual Governo Federal.

A questão indígena tem sido uma das preocupações da Pró-Reitoria de Extensão, tendo em vista as demandas sociais da comunidade indígena que já têm sido atendidas no tocante a formação de educadores indígenas, a capacitação de agentes de saúde, as demandas de qualificação profissional, de assessoria a organização comunitária, a memória e resgate da cultura indígena e a assessoria jurídico-política referentes aos conflitos sociais em face da desapropriação da área. com a sua Política de Extensão visa com esta proposta de programa, integrar ações em processos, contribuindo com a educação para a cidadania de diferentes segmentos sociais (Zenaide e al 2004) .

Esta proposta de trabalho foi construída ouvindo as demandas da comunidade indígena e suas lideranças e com os órgãos parceiros. Como atividade de extensão universitária este programa reúne uma ampla equipe de docentes e técnicos extensionistas de distintas áreas do conhecimento, envolvendo diferentes setores. Para

alcançar os objetivos propostos, o Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena tem como metas:

- a) Implantar uma turma de alfabetização de adultos para o povo indígena;
- b) Estruturar ,capacitar e apoiar a Associação Indígena;
- c) Desenvolver um Curso de criação de abelhas nativas envolvendo famílias indígenas;
- d) Realizar um Curso de Artesanato e Cultura Indígena como alternativa de resgate da cultura, qualificação e geração de renda e;
- e) Edição de dois vídeos de 20 minutos cada, em suporte digital sobre os processos históricos, políticos e religiosos da comunidade Potiguara de Vila de Monte-Mór através da memória dos índios, que contribuirá para a capacitação dos educadores das escolas indígenas, integrando nas ações educativas desenvolvidas junto a essa comunidade pelo Projeto de Extensão Programa de Índio: ação educativa e audiovisual entre os índios.

A questão indígena brasileira é tema recorrente, sobretudo pelos movimentos de resistência dos povos indígenas na luta pela retomada de seus territórios tradicionais e em defesa da sua identidade cultural. Os índios brasileiros guardam uma diversidade cultural muito rica e possuem singularidades que os diferenciam. Registra-se no Brasil a existência de aproximadamente 250 povos indígenas, que falam cerca de 180 línguas, algumas tão diferentes de outras quanto o Inglês do Português. Há povos em completo distanciamento da sociedade hegemônica (povos isolados). No entanto, a maioria possui um contato avançado com a sociedade envolvente como é o caso dos povos indígenas do Nordeste, que apesar de em sua maioria desconhecer a língua materna, e ter o português como única forma de expressão, manifestam sinais de resistência, expressos na preservação de rituais, organização e reelaboração cultural. A temática indígena no ensino brasileiro vem, ao longo da história, sendo tratada de forma inadequada, tanto pelos projetos pedagógicos como pelos livros didáticos. O aluno do ensino fundamental aprende que as populações indígenas tratam-se de grupos étnicos formados por pessoas que andam nuas, têm cabelos lisos, moram em ocas, falam Tupi e veneram o deus Tupã. O Projeto de extensão A Questão Indígena no Nordeste vem atuando junto à sociedade desenvolvendo um trabalho de disseminação das culturas dos povos indígenas do Nordeste, e em particular do povo Potiguara, na perspectiva da difusão e valorização dessas culturas, visando contribuir para desconstruir uma concepção estereotipada

acerca dessas etnias, presente nos procedimentos pedagógicos que integram o ensino brasileiro até hoje. Essas práticas se dão, sobretudo, com relação à presença do índio brasileiro no livro didático, através de apresentação de imagens contraditórias e fragmentadas, atribuindo a estes o papel de coadjuvantes na história brasileira. Em se tratando de povos indígenas do Nordeste a maior parte dos livros didáticos sequer cita a sua presença nos dias atuais, restringindo-se a identificar a presença de índios na Amazônia e no Xingu.

O papel do docente frente a problemática da educação indígena

O educador docente tem um papel fundamental na construção e até em mudanças de paradigmas. Diante da problemática existente pelo déficit de pessoal qualificado para a docência desta forma especializada, é necessário que se instale de forma permanente e eficaz políticas públicas voltadas para esse profissional e que haja de forma contínua e eficiente continuidade e fomento do aperfeiçoamento desse docente. A criação de um programa de educação continuada nos diversos níveis de formação nas instâncias de graduação, pós graduação, extensão desta modalidade de ensino. No tocante ao indígena diante de tanta legislação existente no país se faz necessário fiscalização e cumprimento delas uma vez que esse povo faz parte da cultura viva brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, devemos ter em mente que no Brasil existem mais de 225 povos indígenas que, cultural e linguisticamente, representam uma magnífica soma de experiências históricas e sociais diversificadas, de elaborados saberes e criações, de arte, de música, de conhecimentos, de filosofias originais, construídos ao longo dos tempos. Ademais, cada povo possui uma pedagogia própria que é reconhecida e tem assento constitucional, é a chamada “pedagogia indígena”, que nada mais é do que o reconhecimento dos processos próprios de aprendizagem que deriva do conhecimento das diferentes formas de organização social dos povos indígenas. Outro ponto, é a autodeterminação das comunidades indígenas, que é outra ideia que conceitua o campo da educação escolar indígena e está intimamente ligada à ascensão ao ensino superior.

Quanto a universidade, a instituição deve não só buscar mecanismos para amparar os estudantes indígenas financeiramente, mas oferecer a eles os meios para que possam cumprir a trajetória acadêmica com sucesso. Isso significa se dispor a aprender com eles, trocando experiências, pondo em prática o diálogo intercultural e, principalmente, sempre estar disposta a fazer mudanças. Para isso, é indispensável que a instituição conte com um programa estruturado de acompanhamento, que deve não apenas investir no reforço da aprendizagem e no apoio financeiro, mas envolver toda a comunidade acadêmica.

Por fim, tentando completar a reflexão sobre o acesso de indígenas à universidade, devemos levar em conta que junto com este debate veio a tona a compensação pelos danos históricos que os povos indígenas sofreram desde a colonização. E, sobretudo, não podemos deixar de refletir sobre as dicotomias: saberes indígenas ou tradicionais e saberes científicos ou ciência ocidental, que a partir da trajetória dos acadêmicos indígenas poderemos aprimorar e aprofundar sobre o assunto. Finalizando, educação superior é um mecanismo de fortalecimento das culturas e das identidades dos povos indígenas. A educação superior permite a conquista da efetiva cidadania, pelo direito de acesso aos bens do mundo contemporâneo, sem interveniência e sem intermediação de não índios. Isso significa que a partir disso se formarão profissionais que sejam no mínimo capazes de articular os conhecimentos provenientes, por um lado, das tradições de seus povos, por outro, da tradição ocidental e, ao mesmo tempo, dará ao país a oportunidade de quebrar a visão estereotipada que uma parcela significativa da população brasileira ainda guarda sobre os índios.

REFERÊNCIAS

MARCON, Telmo, **Educação Indígena Diferenciada, Bilingue e In-tercultural no Contexto das Políticas de Ações Afirmativas**. Visão Global, Joaçaba, v. 13, n. 1, p. 97-118, jan./jun. 2010.

FIGUEIREDO, Flaviana Pereira, **A Relevância da Educação Escolar Indígena Bilingue e suas Implicações Sociais numa Perspectiva Intercultural**.

BERNARDI. .L. T. M. S; CALDEIRA, A. D; **Educação Escolar Indígena, Matemática e Cultura: A Abordagem Etnomatemática**.

SAMPAIO, J. A. L. .“**Programa de Implantação de Escolas Indígenas em Minas Gerais.**” . Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004

CAMPOS, R. C, **Movimentos Indígenas por Educação: Novos Sujeitos Socioculturais na História Recente do Brasil**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

ZENAIDE, et al **Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara** Comissão de Direitos Humanos/UFPB

BRASIL, **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: São Paulo: Saraiva, 22 ed., 2004.

GERSEM, S, Luciano. **O depoimento consta no Informativo da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro** (FOIRN), São Gabriel da Cachoeira, AM, 1996.

CAVALCANTE, P. I. L. **Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a03.pdf>> Acessado em: 24/01/2013.

CAVALCANTE, Luciola Ines **Pessoa. Formação de Professores na perspectiva do movimento dos Professores indígenas da Amazônia.** Revista Brasileira de Educação Jan/Fev/Mar/Abr n. 22, Manaus, 2003